

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.491 - SC (2020/0079480-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : JEAN CARLOS CAMPOS GRANEMANN (PRESO)**  
**ADVOGADO : MARCO TÚLIO GRANEMANN DE SOUZA - SC003240**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

O recorrente alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

A defesa requer, liminarmente e no mérito, a expedição de contramandado de prisão em favor do paciente, por considerar carente de fundamentação a decisão que decretou a sua prisão preventiva, pela suposta prática do delito de tentativa de homicídio triplamente qualificado.

**Decido.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que, ao decretar a prisão preventiva, o Juízo monocrático ressaltou a gravidade em concreto da conduta supostamente praticada pelo paciente, agressão à vítima "com golpes de facão, causando, inclusive, a amputação de alguns dedos" (fl. 104). Ressaltou, ainda, que **"há provas de que se encontra foragido desde a data dos fatos"** (fl. 56, grifei).

A Corte estadual manteve a segregação cautelar do paciente, destacando que "o decreto preventivo foi proferido em 6/11/2019 e o paciente encontra-se foragido desde a data dos fatos" (fl. 106).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do recorrente**, notadamente no risco de fuga, eis que foragido desde os fatos.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público

# *Superior Tribunal de Justiça*

Federal para manifestação.

Publique-se e intím-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**